

A APLICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) NAS EMPRESAS: IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL

Kevin Clay Batista Dantas¹

RESUMO: O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) no contexto empresarial brasileiro, destacando seus principais desafios, impactos práticos e possíveis soluções para adequação. A pesquisa aborda a estrutura normativa da LGPD, seus princípios fundamentais e os deveres impostos aos agentes de tratamento de dados, com ênfase na responsabilidade das empresas no cumprimento das medidas técnicas, administrativas e organizacionais previstas na legislação. Além disso, o estudo examina casos reais de vazamentos de dados, bem como episódios de exposição indevida de imagens captadas por sistemas de vigilância. A partir dessa análise, evidencia-se a relevância da governança em privacidade, da cultura organizacional e da adoção de políticas consistentes de segurança da informação como elementos essenciais para a conformidade com a LGPD. Conclui-se que a proteção de dados pessoais representa não apenas uma obrigação legal, mas um compromisso ético e estratégico, capaz de fortalecer a confiança social, reduzir riscos e promover maior responsabilidade no ambiente digital brasileiro.

2009

Palavras-chave: LGPD. Privacidade. Proteção de dados. Governança digital.

ABSTRACT: This Final Graduation Paper aims to analyze the application of the Brazilian General Data Protection Law (Law No. 13.709/2018 – LGPD) within the corporate context, highlighting its main challenges, practical impacts, and possible solutions for compliance. The research addresses the regulatory structure of the LGPD, its fundamental principles, and the duties imposed on data processing agents, with emphasis on the responsibility of companies in fulfilling the technical, administrative, and organizational measures required by the legislation. Additionally, the study examines real cases of data breaches, as well as episodes of improper exposure of images captured by surveillance systems. Based on this analysis, the study demonstrates the relevance of privacy governance, organizational culture, and the adoption of consistent information security policies as essential elements for LGPD compliance. It concludes that the protection of personal data represents not only a legal obligation but also an ethical and strategic commitment capable of strengthening public trust, reducing risks, and promoting greater accountability within the Brazilian digital environment.

Keywords: LGPD. Privacy. Data protection. Digital governance.

¹ Discente do curso de Direito, Centro Universitário Luterano de Manaus - CEULM/ULBRA.

INTRODUÇÃO

A segurança dos dados se tornou um tema discutido principalmente devido a digitalização dos processos e dos novos meios que utilizam a coleta e processamento de dados. Neste contexto a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Lei 13.709/2018, foi sancionada, a LGPD regulamenta o tratamento de dados pessoais, assegurando os direitos e impondo responsabilidade a quem os manipula.

O desafio para as empresas não se restringe apenas à implementação de ações técnicas para garantir a proteção de dados, mas também a construção de uma cultura corporativa voltada para a privacidade e a execução das leis. Estudos sugerem que a adesão a LGPD pode se transformar em um fator de competitividade no mercado, dado que os consumidores estão mais cientes da privacidade das informações e exigem mais transparência das empresas.

A aplicação nas organizações enfrenta diversos obstáculos tanto práticos quanto jurídicos, que abrangem desde a compreensão e aplicação das normas até a criação de Programas de Conformidade (Compliance). Incluindo a nomeação de um Oficial de Proteção de Dados (DPO), a análise de contratos e a contribuição com ferramentas de segurança dos dados. A legislação também obriga as empresas a cuidar de questões como o vazamento de dados que pode ocasionar danos a reputação e significativas perdas.

2010

Este trabalho tem como objetivo investigar os principais desafios que as empresas enfrentam ao cumprir as exigências da LGPD, bem como analisar os impactos no direito empresarial. Será analisado o papel das empresas na conformidade com as normas, os desafios técnicos e operacionais para a implementação da lei, além dos impactos dessa legislação na relação das empresas com seus clientes.

DESENVOLVIMENTO

Nas últimas décadas, a sociedade tem experimentado uma profunda transformação digital, impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação e pela crescente utilização da internet como meio de comunicação, armazenamento e compartilhamento de dados. Nesse cenário, empresas de todos os setores passaram a coletar, processar e armazenar grandes quantidades de informações pessoais, muitas vezes de forma automatizada e integrada aos seus processos internos. Esse movimento, embora benéfico para o desenvolvimento econômico e para a eficiência organizacional, também ampliou significativamente os riscos relacionados à privacidade, à segurança da informação e ao uso indevido desses dados.

A partir dessas mudanças, tornou-se essencial a criação de mecanismos legais capazes de regular as práticas de tratamento de dados e assegurar que os direitos fundamentais dos cidadãos fossem preservados frente ao avanço tecnológico. É nesse contexto que surge a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n.º 13.709/2018, concebida para estabelecer regras claras quanto ao tratamento, ao compartilhamento e à proteção de dados pessoais. A legislação busca, sobretudo, garantir transparência, segurança e responsabilidade por parte das organizações que utilizam dados de indivíduos em suas atividades.

Embora a LGPD represente um importante marco regulatório, sua implementação prática tem se mostrado um desafio considerável para muitas empresas. A adequação às suas diretrizes exige não apenas investimentos em tecnologia e em sistemas de segurança, mas também uma reestruturação organizacional que envolve desde a revisão de políticas internas e contratos até a capacitação de colaboradores e a criação de novos procedimentos de governança. Paralelamente, muitos empresários ainda possuem dificuldade em interpretar corretamente os dispositivos legais, o que gera insegurança jurídica e receio quanto às consequências do descumprimento da norma.

Além disso, a necessidade de nomeação de um Encarregado de Proteção de Dados (DPO), a adoção de Programas de Compliance específicos para a área de privacidade, a atualização de bases de dados e a reformulação de processos de consentimento representam etapas que exigem tempo, planejamento e mudanças substanciais no funcionamento tradicional de diversas organizações. Tais exigências provocam questionamentos sobre a capacidade das empresas, especialmente de pequeno e médio porte, de alcançar a conformidade legal sem comprometer sua rotina operacional ou incorrer em altos custos.

Diante desse contexto, emerge o problema central que fundamenta este estudo: quais são os principais desafios jurídicos, técnicos e administrativos enfrentados pelas empresas na implementação efetiva da LGPD, e de que maneira esses obstáculos influenciam as relações entre empresas e consumidores no ambiente digital contemporâneo?

Essa questão se torna ainda mais relevante ao se considerar que o descumprimento da LGPD pode resultar em sanções administrativas, danos à reputação organizacional e perda de credibilidade no mercado, fatores que demonstram a importância de compreender profundamente as barreiras existentes e de avaliar como elas impactam o pleno funcionamento e a segurança jurídica das atividades empresariais.

A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O SURGIMENTO DA LGPD

A proteção de dados pessoais tornou-se uma pauta central na sociedade contemporânea, especialmente diante do ritmo acelerado de transformação digital que caracteriza as últimas décadas. Empresas, instituições públicas, plataformas digitais e inúmeros serviços online passaram a coletar, processar, armazenar e compartilhar dados de forma massiva e contínua. Informações antes tratadas de maneira manual e restrita agora circulam em larga escala e em alta velocidade, muitas vezes sem que os titulares tenham plena consciência de como esses dados são utilizados. Nesse cenário, surgem preocupações que envolvem não apenas privacidade, mas também segurança, transparência, autonomia informacional e riscos associados ao uso indevido de informações pessoais.

O aumento dessa conscientização global levou diversos países a criarem legislações específicas para regulamentar o tratamento de dados e proteger os indivíduos diante dos avanços tecnológicos. Um marco relevante nesse processo foi o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR), aprovado em 2016 e aplicado a partir de 2018. O GDPR trouxe padrões rigorosos e inovadores de tratamento de dados pessoais, influenciando diretamente outros ordenamentos jurídicos a adotarem legislações semelhantes, com o objetivo de assegurar direitos fundamentais e harmonizar práticas empresariais no mercado internacional.

2012

No contexto brasileiro, embora já existissem normas pontuais relacionadas à privacidade como o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e dispositivos constitucionais que protegem a intimidade e a honra ainda não havia uma legislação unificada e abrangente que tratasse especificamente da proteção de dados pessoais. Esse vazio normativo se tornou cada vez mais problemático diante do aumento expressivo de serviços digitais, do crescimento das redes sociais, do comércio eletrônico e do surgimento de tecnologias voltadas à análise de dados, como big data, inteligência artificial e algoritmos de rastreamento de comportamento online.

Em resposta a essa necessidade, foi sancionada em 2018 a Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Sua criação representou um esforço para estabelecer um conjunto organizado de princípios, direitos e obrigações aplicáveis a todas as atividades que envolvem tratamento de dados pessoais, tanto no setor público quanto no privado. A LGPD definiu conceitos essenciais como dado pessoal, dado pessoal sensível, controlador, operador e encarregado e estabeleceu regras claras sobre consentimento, finalidade, adequação, transparência e segurança no tratamento dessas informações.

A origem da LGPD está profundamente ligada à necessidade do Brasil acompanhar o cenário global de proteção de dados, garantir segurança jurídica nas relações empresariais e fortalecer a confiança dos consumidores. A legislação também nasce como resposta às constantes notícias de vazamentos de dados, falhas de segurança e práticas abusivas de empresas que utilizavam informações pessoais sem transparência ou critérios adequados. Ao introduzir uma estrutura normativa consistente, a LGPD busca reduzir esses riscos, limitar o uso indevido de dados e estabelecer parâmetros de responsabilidade.

Outro marco relevante no desenvolvimento da lei foi a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão responsável por fiscalizar o cumprimento da legislação, orientar empresas e cidadãos, aplicar sanções administrativas e promover a cultura de proteção de dados no país. A ANPD representa um elemento essencial para consolidar a efetividade da LGPD, funcionando como mediadora entre o setor regulado e os direitos dos titulares.

ESTRUTURA E PRINCÍPIOS DA LGPD

Logo no início da lei, os artigos 1º a 6º estabelecem o escopo, as definições e os princípios da proteção de dados. O artigo 5º, por exemplo, apresenta os conceitos essenciais, como dado pessoal, dado pessoal sensível, tratamento, controlador, operador e encarregado. Esses conceitos são fundamentais para determinar as responsabilidades jurídicas e práticas no tratamento de informações.

2013

Conforme o art. 5º, VI, o “controlador” é definido como a pessoa natural ou jurídica responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. O “operador”, por sua vez, descrito no art. 5º, VII, é quem realiza o tratamento em nome do controlador. Já o “encarregado” também conhecido como DPO (Data Protection Officer) está previsto no art. 5º, VIII, sendo o elo entre o controlador, os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), cuja criação foi formalizada pela Lei nº 13.853/2019, que alterou dispositivos da LGPD.

Outro ponto essencial da estrutura normativa são as bases legais para o tratamento de dados, previstas no art. 7º da LGPD. Entre elas, estão: o consentimento do titular (art. 7º, I), o cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II), a execução de contratos (art. 7º, V), a tutela da saúde (art. 7º, VIII), o legítimo interesse (art. 7º, IX), entre outras hipóteses que garantem previsibilidade e juridicidade ao tratamento. Para dados sensíveis, o art. 11 estabelece requisitos ainda mais rígidos, dada a natureza delicada dessas informações.

No que diz respeito aos princípios, a LGPD estabelece, no art. 6º, as diretrizes que orientam todas as atividades de tratamento de dados. Esses princípios funcionam como fundamentos éticos e jurídicos indispensáveis para a aplicação efetiva da lei. Entre eles:

a) Princípio da Finalidade Art. 6º, I

O tratamento deve ocorrer para propósitos legítimos, específicos e informados ao titular, proibindo usos incompatíveis com a finalidade inicial.

b) Princípio da Adequação – Art. 6º, II

Os dados coletados devem ser compatíveis com as finalidades previamente informadas.

c) Princípio da Necessidade – Art. 6º, III

Determina que o tratamento se limite ao mínimo necessário para a execução das finalidades pretendidas.

d) Princípio do Livre Acesso – Art. 6º, IV

Garante ao titular consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como a integralidade de seus dados.

e) Princípio da Qualidade dos Dados – Art. 6º, V

Determina que os dados devem ser exatos, atualizados e relevantes, reduzindo riscos de prejuízo ao titular.

f) Princípio da Transparência – Art. 6º, VI

Exige informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre o tratamento de dados, sem linguagem técnica excessiva.

g) Princípio da Segurança – Art. 6º, VII

Orienta o uso de medidas técnicas e administrativas capazes de proteger os dados contra acessos não autorizados, incidentes e destruição.

h) Princípio da Prevenção – Art. 6º, VIII

Impõe que os agentes adotem ações preventivas para evitar a ocorrência de danos.

i) Princípio da Não Discriminação – Art. 6º, IX

Veda o tratamento com finalidade discriminatória, ilícita ou abusiva.

j) Princípio da Responsabilização e Prestação de Contas – Art. 6º, X

Estabelece que os agentes devem demonstrar medidas eficazes para cumprir a lei, incluindo auditorias, políticas de governança e registros.

A estrutura normativa da LGPD também dedica espaço à segurança da informação, especialmente nos arts. 46 a 49, que determinam que os agentes de tratamento devem implementar medidas de segurança, como criptografia, anonimização e controle de acesso, além

de comunicar incidentes de segurança significativos à ANPD e aos titulares, conforme determina o art. 48.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados, criada pela Lei nº 13.853/2019, tem suas atribuições detalhadas no art. 55-A ao 55-L da LGPD, sendo responsável por fiscalizar, regulamentar e orientar a aplicação da lei, além de aplicar sanções administrativas previstas no art. 52, que vão de advertências a multas de até 2% do faturamento da empresa, limitadas a R\$ 50 milhões por infração.

CASO HAVAN E SEU IMPACTO

Um caso paradigmático que demonstra as tensões entre segurança privada, combate a furtos e as garantias da privacidade é o da Havan. A rede divulgou desde agosto de 2024 vídeos nas redes sociais mostrando pessoas supostamente furtando suas lojas, em uma espécie de quadro chamado “amostradinho do mês”. As filmagens.

Para a empresa, a motivação seria legítima: supostamente inibir furtos por meio da “vergonha pública”. Já para os defensores da privacidade e para a fiscalização, a prática representava violação da LGPD.

Em maio de 2025, a ANPD recebeu notificação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina que questionou a compatibilidade da prática com a legislação de proteção de dados. No final de junho de 2025, a Coordenação-Geral de Fiscalização da ANPD emitiu uma medida cautelar determinando que a Havan suspendesse temporariamente a divulgação desses vídeos enquanto decorrer a apuração técnica.

2015

A determinação baseou-se, entre outros dispositivos da LGPD, nos arts. 6º (princípios gerais, como finalidade, necessidade, transparência, segurança), 7º (bases legais para tratamento), 11º (sobre dados pessoais sensíveis), 14º (quando envolver crianças/adolescentes), e 55-J (competências da ANPD).

Apesar da notificação e da suspensão da divulgação pública dos vídeos, a empresa contestou a medida, apresentando defesa e solicitando revisão da notificação. Até o momento, o processo está em curso perante a ANPD.

Aprovado em regime de urgência pela Câmara dos Deputados, o PL almeja pular a tramitação pelas comissões e ir direto ao plenário.

Segundo o texto da proposta, a divulgação seria permitida sem configurar infração à LGPD, desde que obedecidos três requisitos cumulativos:

A divulgação tenha finalidade de identificação do autor do crime, alerta à população ou colaboração com autoridades públicas;

Não exponha terceiros que não tenham relação com o crime;

Respeite os princípios da necessidade e da proporcionalidade.

Na justificativa, parlamentares argumentam que a restrição vigente da LGPD estaria sendo usada para “proteger criminosos” e punir quem “mostra a verdade”. Como exemplo, citam o suposto resultado positivo da prática: a Havan alega que, com a divulgação dos vídeos, teria conseguido reduzir furtos em até 50% em suas lojas. O projeto de lei não altera diretamente a LGPD, mas cria uma exceção à regra gerando um debate entre especialistas em privacidade.

Além desse caso específico, a jurisprudência recente já reconheceu que vazamentos ou má guarda de dados pessoais em ambientes empresariais ou institucionais podem gerar responsabilidade objetiva, obrigação de indenizar e até sanções.

DESAFIOS E IMPACTOS DA LGPD NAS EMPRESAS

A entrada em vigor da LGPD impõe às empresas uma mudança profunda em sua forma de lidar com informações pessoais. Essa adaptação envolve dificuldades técnicas, organizacionais e jurídicas que se refletem tanto nos custos e na rotina operacional quanto na reputação e nas relações com clientes. As próximas seções descrevem os principais desafios, os impactos práticos e um conjunto de soluções concretas e aplicáveis, sempre em consonância com os dispositivos legais (art. 6º princípios; art. 7º bases legais; art. 46 e 48 segurança e comunicação de incidentes; art. 38 e 50 RIPD e governança; art. 52 sanções).

2016

a) Desafios técnicos e de segurança da informação

Um dos desafios mais imediatos diz respeito à implementação de medidas técnicas adequadas (criptografia, controle de acesso, logs, backup, testes de vulnerabilidade) para proteger os dados contra acessos não autorizados, perdas ou vazamentos. A LGPD exige que os agentes adotem medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados (art. 46), o que demanda investimentos em infraestrutura e em profissionais especializados recursos que nem sempre estão disponíveis, especialmente em micro e pequenas empresas. Além disso, a atualização constante das ameaças cibernéticas obriga as organizações a manter uma postura proativa, com avaliações periódicas de risco e testes.

Impacto prático: falhas técnicas podem gerar vazamentos com danos financeiros, reputacionais e, dependendo do caso, responsabilização administrativa e civil (art. 52). A

notificação obrigatória de incidentes ao titular e à ANPD (art. 48) exige que a empresa esteja preparada para detectar, conter e comunicar brechas rapidamente.

b) Desafios organizacionais e culturais

A conformidade com a LGPD exige transformação cultural: revisão de processos, políticas internas, fluxo de dados, contratos e rotina de trabalho. É comum encontrar resistência em áreas que sempre operaram por hábito (marketing, recursos humanos, TI), e isso retarda a adequação. A exigência de demonstrar “responsabilização e prestação de contas” (art. 6º, X) implica manter registros, evidências e rotinas de governança que muitas empresas ainda não possuem.

Impacto prático: a ausência de uma cultura de privacidade aumenta a probabilidade de erros operacionais (coleta excessiva, retenção indevida, uso indevido de dados) e dificulta a implementação de boas práticas de compliance. Isso pode comprometer contratos, parcerias e a confiança do consumidor.

c) Desafios jurídicos e contratuais

As empresas enfrentam dúvidas sobre qual base legal utilizar (art. 7º) em cenários como prospecção comercial, análise de crédito, e gestão de colaboradores. Há também complexidade em contratos com fornecedores/operadores: é preciso ajustar cláusulas contratuais para atribuir responsabilidades, obrigações de segurança, auditoria e subcontratação sob pena de responsabilização solidária. Além disso, transferências internacionais de dados implicam atenção a regras específicas e salvaguardas.

Impacto prático: contratos mal redigidos podem transferir riscos indevidos ou deixar lacunas de responsabilidade, expondo a organização a ações civis e a sanções administrativas. Falta de critérios claros para bases legais gera insegurança jurídica e práticas inconsistentes.

d) Desafios operacionais em pequenas e médias empresas (PMEs)

PMEs frequentemente carecem de recursos financeiros e humanos para implantar programas robustos. A padronização de processos e a contratação de especialistas podem ser inviáveis a curto prazo, o que exige soluções proporcionais, escaláveis e custo-efetivas.

Impacto prático: PMEs podem ficar em posição vulnerável: alto risco de conformidade deficiente e de sofrer consequências severas por falhas que poderiam ser mitigadas com medidas básicas.

e) Gerenciamento de incidentes e comunicação (obrigação legal)

A obrigação de comunicar incidentes de segurança que possam acarretar risco ou dano relevante ao titular e à ANPD está expressa no art. 48 da LGPD. Muitas empresas ainda não possuem rotina definida de detecção, avaliação e comunicação de incidentes — o que pode agravar danos e dificultar a mitigação.

f) Avaliação de impacto (RIPD) e governança preventiva

A ANPD pode determinar a elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados (RIPD) e divulgou orientações sobre o tema; tal instrumento é útil para mapear riscos, justificar escolhas técnicas e documentar medidas mitigatórias (art. 38 confere poderes à ANPD para exigir RIPD). A elaboração do RIPD ajuda a demonstrar o princípio da prevenção e a responsabilização exigida pela LGPD.

g) Custos, benefícios e impacto na competitividade

Embora exista um custo inicial para conformidade (tecnologia, pessoal, consultoria), a adequação também gera benefícios: redução de riscos, maior confiança do consumidor, diferenciação de mercado e maior segurança jurídica em contratos e parcerias. Empresas que internalizam a privacidade como vantagem competitiva tendem a obter ganhos reputacionais e comerciais. A governança adequada pode transformar a LGPD de um ônus em uma vantagem estratégica.

2018

Essas ações, além de compatíveis com os princípios e dispositivos da LGPD (arts. 6º, 46, 48, 50 e 52), também estão alinhadas com orientações práticas da ANPD e de guias setoriais que disponibilizam modelos para facilitar a implementação, especialmente por organizações com recursos limitados.

Metodologia da Pesquisa

A metodologia deste trabalho foi elaborada para garantir uma análise detalhada e consistente sobre os desafios e impactos da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nas empresas. Abaixo, descrevem-se os elementos metodológicos adotados:

1. Quanto à Natureza: A pesquisa é de natureza aplicada, pois busca gerar conhecimento prático para a solução de problemas relacionados à implementação da LGPD nas empresas. Além disso, ela visa contribuir para a identificação de melhores práticas e estratégias de adequação à legislação.

2. Quanto aos Objetivos da Pesquisa: Este estudo é descritivo e explicativo, já que pretende, inicialmente, descrever os principais desafios enfrentados pelas empresas ao implementar a LGPD e, posteriormente, explicar como esses desafios impactam as operações e as relações comerciais no contexto empresarial.

3. Quanto à Abordagem: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, pois foca na análise de dados teóricos e na interpretação dos aspectos legais e operacionais relacionados à LGPD. Embora não se trate de uma abordagem estatística, o trabalho se fundamenta em dados e estudos de casos que permitem compreender profundamente o problema.

4. Quanto aos Procedimentos Metodológicos: O trabalho utiliza os seguintes métodos:

- Pesquisa bibliográfica: com base em livros, artigos científicos, legislações e pareceres sobre a LGPD e sua aplicação no Brasil.
- Pesquisa documental: análise de relatórios e estudos de instituições públicas e privadas que monitoram a aplicação da LGPD.
- Estudo de caso: avaliação de exemplos de empresas que enfrentaram dificuldades ao implementar a LGPD, identificando barreiras e soluções

Os desafios impostos pela LGPD são reais e variados técnicos, jurídicos, organizacionais e financeiros, mas não são intransponíveis. Com planejamento, priorização e uso das ferramentas e orientações públicas (ANPD, guias governamentais, modelos de RIPD), as empresas podem construir programas de privacidade proporcionais e eficazes. A conformidade exige investimento contínuo, mas também oferece proteção contra riscos e oportunidade de fortalecer a confiança com clientes e parceiros, convertendo a obrigação legal em diferencial competitivo

2019

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). In: NERY, Nelson, et al. Comentários ao Código de Processo Civil. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=IS3sDwAAQBAJ>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL PARALELO. Câmara aprova urgência para projeto que libera exibição de imagens de criminosos (“PL Luciano Hang”). Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/pl-luciano-hang-camara-aprova-urgencia-para-lei-que-permite-exibir-imagens-de-criminosos>. Acesso em: 14 nov. 2025.

CAVALCANTI, L. B. Privacidade e proteção de dados: fundamentos da LGPD. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

CONSECTI – Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação. ANPD suspende divulgação da Havan de vídeos de pessoas que cometeram furtos. Disponível em: <https://consecti.org.br/noticias/anpd-suspende-divulgacao-da-havan-de-videos-de-pessoas-que-cometeram-furtos-em-suas-lojas/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. Havan retira vídeos dos “Amostradinhos do Mês” do ar após decisão da ANPD. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2025/07/amp/7203785-havan-retira-videos-dos-amostradinhos-do-mes-do-ar-apos-decisao-da-anpd.html>. Acesso em: 14 nov. 2025.

DONEDA, D. A proteção de dados pessoais como direito fundamental. Rio de Janeiro: Saraiva, 2020.

FENATI – Federação Nacional de Tecnologia da Informação. ANPD proíbe Havan de divulgar vídeos de furtos. Disponível em: <https://fenati.org.br/anpd-proibe-havan-de-divulgar-videos-de-furtos/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

GONÇALVES, V. S. A Lei Geral de Proteção de Dados e os desafios da conformidade no Brasil. São Paulo: Atlas, 2021.

GAZETA DO POVO. PL “Luciano Hang” entra em urgência na Câmara. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/pl-luciano-hang-entra-em-urgencia-na-camara/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

2020

SCHREIBER, A.; LOPES, M. LGPD Comentada: uma análise prática. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

SILVA, Maria de Lourdes et al. Impactos da LGPD na gestão empresarial brasileira: uma análise preliminar. Revista CESMAC de Administração e Contabilidade, v. 9, n. 2, p. 123-135, 2021. Disponível em: <https://cesmac.emnuvens.com.br/administracao/article/view/1035>. Acesso em: 26 ago. 2024.

PEREIRA, João Carlos et al. A responsabilidade civil no âmbito da proteção de dados pessoais e a aplicação da LGPD. Cadernos Jurídicos EPM, v. 12, n. 6, p. 85-98, 2022. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/CadernosJuridicos/ii_6_a_responsabilidade_civil.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

PIMENTEL, Carla et al. Desafios e oportunidades da LGPD no cenário brasileiro. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 27, n. 4, p. 456-469, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/tb9czy3W9RtzgbWWxHTXkCc/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2024.